



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVI — Nº 088

QUINTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 1981

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA, INCUMBIDA DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 18, DE 1981-CN, QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS ATÉ O LIMITE DE CR\$ 342.394.500.000,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Parlamentar	N.º da Emenda
Deputado EVANDRO AYRES DE MOURA	1

EMENDA Nº 1

Alterem-se os subitens 2.800 e 3.900 do art. 1.º do Projeto. Modifiquem-se os quantitativos dos itens 3301.15844942.060.3900, de Cr\$ 124.975.000.000,00 para Cr\$ 114.975.000.000,00 e o inciso II 2.800 — ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO — PROTERRA, de Cr\$ 6.330.000.000,00 para Cr\$ 16.330.000.000,00 sem alterações do total da mensagem.

Justificativa

A presente Emenda ao Projeto de Lei n.º 18/81, com origem na Mensagem n.º 70/81, de 30 de julho de 1981, tem por finalidade modificar quantitativos ali existentes para dotar o PROTERRA, programa de grande alcance social e de repercussão econômica na luta pela formação de uma estrutura capaz de conviver com a seca. Os Cr\$ 10 bilhões transferidos de uma para outra rubrica, representarão uma contribuição da União e do Congresso, este ao aceitar esta Emenda, para dar maiores recursos ao Nordeste, no momento mais difícil da região, martirizada no terceiro ano de estiagem, quando os bancos oficiais estão com suas carteiras trancadas, fechadas ao atendimento dos humildes proprietários de imóveis que somente têm crédito de bancos particulares a juros extorsivos para atividade deficitária.

E, se recursos forem necessários, na Reserva de Contingência até o final do ano, para cobrir déficits de despesas com dotações de pessoal, certamente o comportamento da arrecadação permitirá que novos créditos sejam abertos, que permita Deus até para pagar, como abono, o 13.º salário do funcionalismo da União.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 1981. — Deputado Evandro Ayres de Moura.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 179ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE AGOSTO DE 1981.

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Palestra do Dr. Osvaldo Palma, Secretário da Indústria e do Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO ANTÔNIO FLORENCIO — Considerações sobre a construção do porto de Aracaju-SE.

DEPUTADO LUIZ VASCONCELOS — Medidas do Conselho Monetário Nacional em favor do pequeno e médio produtor.

DEPUTADO CAIO POMPEU — Reeducação de presos em colônias agrícolas.

DEPUTADO HÉLIO CAMPOS — Homenagem póstuma a Eduardo Gomes.

DEPUTADO MODESTO DA SILVEIRA — Encontros Regionais da classe trabalhadora recentemente realizados na maioria dos Estados.

1.2.2 — Comunicação da Liderança do PDS na Câmara dos Deputados — De substituições de membros em comissão mista

1.2.3 — Comunicação da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados

— De substituição de membro em comissão mista

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1981, que dá nova redação ao artigo 13, § 4º, da Constituição Federal. Votação adiada por falta de "quorum".

— Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1981, que acrescenta parágrafo ao artigo 101 da Constituição Federal. Discussão encerrada, após usar da palavra o Sr. Erasmo Dias, ficando a votação adiada por falta de "quorum".

1.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 800,00
Ano Cr\$ 1.600,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 2.500,00
Ano Cr\$ 5.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 10,00

Tiragem: 3.500 exemplares

ATA DA 179ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE AGOSTO DE 1981

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JUTAHY MAGALHÃES

ÀS 19 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS
SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Cunha Lima — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — José Caixeta — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Arno Damiani — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amilcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nabor Júnior — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Joel Ferreira — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Rafael Faraco — PDS; Ubaldino Meirelles — PDS; Vivaldo Frota — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PTB; Carlos Vinagre — PMDB; João Menezes — PP; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PP; Manoel Ribeiro — PDS; Nêljo Lobato — PP; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Andrade — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Edson Vidigal — PP; Epitácio Cafeteira — PMDB; Freitas Diniz — PT; João Alberto — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Luiz Rocha — PDS; Marão Filho — PDS; Nagib Haickel — PDS; Temístocles Teixeira; Victor Trovão — PDS; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Carlos Augusto — PP; Correia Lima — PDS; Hugo Napoleão — PDS; Joel Ribeiro — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Paulo Ferraz — PDS; Pinheiro Machado — PP.

Ceará

Adauto Bezerra — PDS; Antônio Moraes — PP; Cesário Barreto — PDS; Claudino Sales — PDS; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da

Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Manoel Arruda — PMDB; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Paulo Studart — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — PDS; Carlos Alberto — PDS; Djalma Marinho — PDS; Henrique Eduardo Alves — PP; João Faustino — PDS; Pedro Lucena — PP; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Ademar Pereira — PDS; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Antônio Mariz — PP; Arnaldo Lafayette — PMDB; Carneiro Arnaud — PP; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Marcondes Gadelha — PMDB; Octacílio Queiroz — PMDB; Wilson Braga — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Augusto Lucena — PDS; Carlos Wilson — PP; Cristina Tavares — PMDB; Fernando Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Guedes — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Joaquim Guerra — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PDS; Josias Leite — PDS; Marcus Cunha — PMDB; Milvernes Lima — PDS; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PDT; Thales Ramalho — PP.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Antônio Ferreira — PDS; Geraldo Bulhões; José Alves — PDS; José Costa — PMDB; Mendonça Neto — PMDB; Murillo Mendes — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PP; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Raymundo Diniz — PDS; Tertuliano Azevedo — PP.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PP; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Henrique Brito — PDS; Hilderico Oliveira — PMDB; Honorato Vianna — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Amorim — PDS; José Penedo — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Menandro Minahim — PDS; Ney Ferreira — PDS; Odulfo Domingues — PDS; Prisco Vianna — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Rogério Rego — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Stoessel Dourado — PDS; Ubaldo Dantas — PP; Vasco Neto — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Christiano Dias Lopes — PDS; Feu Rosa — PDS; Gerson Camata — PMDB; Luiz Baptista — PP; Mário Moreira — PMDB; Max Mauro — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS; Walter de Prá — PDS.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — PDS; Alcir Pimenta — PP; Álvaro Valle — PDS; Célio Borja — PDS; Celso Peçanha — PMDB; Daniel Silva — PP; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PP; Délio dos Santos — PMDB; Edison Khair — PMDB; Felipe Penna — PMDB; Florim Coutinho; Hydel Freitas — PDS; Joel Lima — PP; Joel Vivas — PP; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Gama — PMDB; Jorge Moura — PP; José Bruno — PP; José Frejat — PDT; José Maria de Carvalho — PMDB; José Maurício — PDT; José Torres — PDS; Lázaro Carvalho — PP; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PP; Lygia Lessa Bastos — PDS; Mac Dowell Leite de Castro — PP; Marcello Cerqueira — PMDB; Marcelo Medeiros — PP; Márcio Macedo — PP; Miro Teixeira — PP; Modesto da Silveira — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Oswaldo Lima — PP; Paulo Rattes — PMDB; Paulo Torres — PP; Pedro Faria — PP; Peixoto Filho — PP; Péricles Gonçalves — PP; Rubem Dourado — PP; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Simão Sessim — PDS; Walter Silva — PMDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Altair Chagas — PDS; Antônio Dias — PDS; Batista Miranda — PDS; Bento Gonçalves — PP; Bias Fortes — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PP; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Darío Tavares — PP; Delson Scarano — PDS; Edgard Amorim — PMDB; Edilson Lamartine Mendes — PDS; Fued Dib — PMDB; Genival Tourinho — PDT; Hélio Garcia — PP; Hoímero Santos — PDS; Hugo Rodrigues da Cunha — PDS; Humberto Souto — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Ferraz — PP; Jorge Vargas — PP; José Carlos Fagundes — PDS; Juarez Batista — PP; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PP; Luiz Baccarini — PP; Luiz Leal — PP; Luiz Vasconcellos — PDS; Magalhães Pinto — PP; Melo Freire — PP; Moacir Lopes — PDS; Navarro Vieira, Filho — PDS; Newton Cardoso — PP; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Renato Azeredo — PP; Ronan Tito — PMDB; Rosemburgo Romano — PP; Sérgio Ferrara — PP; Sílvio Ábreu Jr. — PP; Tarcísio Delgado — PMDB; Telêmaco Pompei — PDS;

São Paulo

Adalberto Camargo — PDS; Adhemar de Barros Filho — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Antônio Morimoto — PDS; Antônio Russo — PMDB; Antônio Zacharias — PDS; Athié Coury — PDS; Audálio Dantas — PMDB; Aurélio Peres — PMDB; Baldacci Filho; Benedito Marcílio — PT; Bezerra de Melo — PDS; Caio Pompeu — PP; Cantídio Sampaio — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Cardoso de Almeida — PDS; Carlos Nelson — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Erasmo Dias — PDS; Flávio Chaves — PMDB; Francisco Rossi — PDS; Glória Júnior — PDS; Henrique Turner — PDS; Herbert Levy — PP; Horácio Ortiz — PMDB; Israel Dias-Novae — PMDB; Jayro Maltoni — PDS; João Arruda — PDS; João Cunha — PMDB; Jorge Paulo — PDS; José Camargo — PDS; José de Castro Coimbra — PDS; Maluly Netto — PDS; Mário Hato — PMDB; Natal Gale — PDS; Octacílio Almeida — PMDB; Octávio Torrecilla — PDS; Pacheco Chaves — PMDB; Pedro Carolo — PDS; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Carvalho — PDS; Ruy Côdo — PMDB; Ruy Silva — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Santilli Sobrinho — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valter Garcia — PMDB.

Goias

Adhemar Santillo — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Francisco Castro — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Guido Arantes — PDS; Hélio Levy — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; José Freire — PMDB; Manoel Oséas — PDS; Paulo Borges — PMDB; Rezende Monteiro — PDS; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Lobo — PP; Carlos Bezerra — PMDB; Corrêa da Costa — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Júlio Campos — PDS; Louremberg Nunes Rocha — PP; Milton Figueiredo — PP.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — PT; João Câmara — PMDB; Leite Schimidt — PP; Ruben Figueiró — PP; Ubaldo Barém — PDS; Walter de Castro.

Paraná

Adolpho Franco — PDS; Adriano Valente — PDS; Álvaro Dias — PMDB; Alípio Carvalho — PDS; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Annibelli — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Ary Kffuri — PDS; Aroldo Moletta — PDS; Borges da Silveira — PP; Ernesto Dall'Oglio — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Heitor Alencar Furtado — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hermes Macedo — PDS; Igo Losso — PDS; Ítalo Conti — PDS; Lúcio Cioni — PDS; Mário Stamm — PP; Maurício Fruet — PMDB; Nivaldo Kruger — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oliyir Gabardo — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Paulo Pimentel — PDS; Pedro Sampaio — PP; Roberto Galvani — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vilela de Magalhães — PTB; Walber Guimarães — PP; Waldmir Belinati — PDS.

Santa Catarina

Acácio Pereira — PMDB; Adhemar Ghisi — PDS; Angelino Rosa — PDS; Arnaldo Schmitt — PP; Artenir Werner — PDS; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PDS; Francisco Libardoni — PMDB; João Linhares — PP; José Thomé — PMDB; Juarez Furtado — PMDB; Luiz Cechinel — PT; Mendes de Melo — PP; Nelson Morro — PDS; Pedro Collin — PDS; Victor Fontana — PDS.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — PDT; Aldo Fagundes — PMDB; Alexandre Machado — PDS; Aluizio Paraguassu — PDT; Ary Alcântara — PDS; Cardoso Fregapani — PMDB; Carlos Chiarelli — PDS; Carlos Santos — PMDB; Cláudio Strassburger — PDS; Darcy Pozza — PDS; Eloar Guazelli — PMDB; Eloy Lenzi — PDT; Emídio Perondi — PDS; Fernando Gonçalves — PDS; Getúlio Dias — PDT; Harry Sauer — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Jairo Brum — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lidovino Fanton — PDT; Magnus Guimarães — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Odacir Klein — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Túlio Barcellos — PDS; Victor Faccioni — PDS; Waldir Walter — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Rondônia

Isaac Newton — PDS; Jerônimo Santana — PMDB.

Roraima

Hélio Campos — PDS; Júlio Martins — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 412 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje tivemos oportunidade de assistir, na Comissão de Minas e Energia, sob a Presidência dos Deputados Guido Arantes e Horácio Matos a uma brilhante palestra do Dr. Osvaldo Palma, Secretário da Indústria e Comércio, Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo.

A dissertação de S. Ex.^a a respeito das atividades de PAULIPETRO satisfaz a quantos ali se encontravam, tendo respondido a todas as indagações que lhe foram feitas.

Quanto aos contratos do Governo Paulo Salim Maluf, S. Ex.^a nos transmitiu notícias alvissareiras acerca das pesquisas em alguns poços, com referência à exploração do gás.

Relativamente à navegabilidade, concluímos, pelas manifestações daquele ilustre Secretário, que o Governo de São Paulo realiza eficiente trabalho no rio Tietê e no rio Paraná, onde estão sendo investidos grandes recursos para obtenção de um curso da ordem de 1.200km, cerca de 600 dos quais serão entregues à navegação. A propósito, lembramos a situação do nosso rio Parnaíba, na bacia hidrográfica do Piauí e do Maranhão, onde poderemos conseguir 1.300 km de navegabilidade. Aliás, já se acha quase construída uma eclusa para passagem das embarcações.

Temos feito reiterados apelos ao Ministro dos Transportes no sentido de que faça a desobstrução daquele rio, permitindo, no menor espaço de tempo, que possamos utilizá-lo para o transporte de produção regional, principalmente da agroindústria e atividades correlatas. Todavia, as respostas que nos têm sido oferecidas pelo Ministério dos Transportes não nos satisfazem. Por isso mesmo, reiteramos aqueles apelos, na esperança de uma via de comunicação 10 vezes mais barata do que o transporte rodoviário possa ser encarada com objetividade, para criar condições de desenvolvimento econômico em

uma área muito rica, cheia de florestas e de terras férteis, numa região possuidora de riquezas minerais que poderão contribuir decisivamente para o equilíbrio da nossa balança comercial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses e outros assuntos tratamos naquela oportunidade da Conferência do ilustre Dr. Osvaldo Palma, e ouvimos ainda o seu ponto de vista a respeito do PROÁLCOOL, do biogás, dos biodigestores.

Reportamo-nos a um convênio firmado pelo Governo do Estado de São Paulo, pela sua Secretaria, com o Governo do Estado do Piauí, com vistas à exploração do babaçu.

Transmitimos apelo a S. Ex^a para que ampliasse esses convênios, promovendo também a difusão do biogás e dos biodigestores em todas as fazendas e sítios do meu Estado.

S. Ex^a acolheu aquele pensamento e estou certo de que, em breve, à semelhança do que acontece com países como a China, teremos o biogás e os biodigestores espalhados em todos os recantos e fazendas do Piauí, contribuindo para que possamos melhorar as condições dos nossos rebanhos, que estão sendo dizimados por doenças e pela carência de alimentos.

Sr. Presidente, as nossas congratulações ao eminente Governador Paulo Salim Maluf pelo êxito das suas patrióticas iniciativas e pelo feliz evento que nos transmitiu o seu destacado auxiliar, na certeza de que o grande Estado de São Paulo não faltará com a sua contribuição tecnológica e os meios indispensáveis para o desenvolvimento econômico das demais unidades da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Florêncio.

O SR. ANTONIO FLORENCIO (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou convencido de que o Brasil, pela exuberância de seu potencial em riquezas naturais, é uma das nações mais ricas do mundo. Através de visitas que venho realizando a outros países, e de constantes leituras sobre a problemática econômica desses Estados, satisfaço minha curiosidade de estudioso dessa matéria, ao tempo em que me orgulho das nossas potencialidades.

O que eu não sabia era que essa riqueza já se encontrava disponível para ser utilizada, de maneira incontrolada, para não dizer perdulária, por qualquer diretoria de sociedade de economia mista, ou autárquica, sem se levar em conta a sistemática das prioridades, por necessidade natural ou política, escopo das economias organizadas em qualquer parte do mundo.

A propósito, devo dizer a V. Ex^{as} que, não faz muito tempo, relatei desta tribuna, entre decepcionado e triste, o que havia ocorrido com os Cr\$ 2.483.600.000,00 (dois bilhões quatrocentos e oitenta e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) destinados aos portos do Nordeste, para cuja execução esta prioridade deixou de ser observada.

Acredito ter sido bem explícito na conversa que mantive com a Diretoria da PORTOBRÁS a respeito deste assunto. Tratando-se de homens do melhor gabarito moral e técnico, não me foi difícil demonstrar-lhes a necessidade de algumas correções que se faziam imperiosas na execução daquela obra.

Padecendo de gigantismo, doença que se vai tornando endêmica em relação a essas entidades, sente-se que os técnicos dessas empresas não demonstram interesse pelas pequenas obras, ou empreendimentos, por mais rentáveis que sejam para o país e para a coletividade.

Não me anima o propósito de criticar a direção da PORTOBRÁS; ao contrário, considero-a uma das melhores de quantas existem nas demais empresas estatais, mas os seus técnicos não fugiram à regra e entusiasmados com os grandes empreendimentos relegam a plano de inferioridade projetos menores, seja qual for o resultado daí decorrente.

Contudo, é meu dever fazer justiça. A Diretoria daquela empresa tem o mérito de ouvir as nossas reclamações e, após o exame de nossas assertivas, justas e oportunas, ordena, como já o fez, a correção dos equívocos e dos erros.

Lí, há dias, na "Revista da PORTOBRÁS", ano II, nº 9, de maio último, sob o título "Porto de Sergipe será construído em alto mar", notícia que entendendo deva ser transcrita para que se faça uma avaliação do que venho afirmando:

"A PORTOBRÁS vai investir cerca de Cr\$ 11 bilhões na construção do porto de Aracaju, que será do tipo *offshore* ou seja, em alto mar, cujo projeto foi realizado pelo Governo do Estado de Sergipe. A solução adotada apresenta-se como melhor, pois além de mostrar-se mais econômica que as tradicionais, isto é, em estuário, tem as seguintes vantagens operacionais: não exige dragagens permanentes de manutenção; o acesso dos navios às instalações é bastante fácil; fica localizado à menor distância do complexo industrial e em razão do menor comprimento do canal de acesso, as operações

dos navios se tornam mais fáceis e econômicas. O porto será implantado na costa de Sergipe, a aproximadamente 16,5 km da foz do rio Sergipe e na primeira etapa serão construídas as instalações para recepção, pesagem, estocagem dos grãos sólidos e instalações de apoio necessárias. A estocagem do cloreto de potássio e uréia será feita num único armazém de 208 m x 52 m. Ligação: — A ligação das instalações terrestres com as instalações *offshore* será através de uma ponte com 3.032 m de extensão, por 11,15 m de largura, na primeira etapa, e 15,03 m numa fase posterior considerando o aumento dos fluxos de grãos. Para a pista de rolamento está prevista uma largura total de 7,0 m que compreende as duas faixas de trânsito, cada uma com 3,50 m. Para a galeria das correias transportadoras foram reservados 3,45 m de largura para a primeira etapa. A estrutura da ponte foi projetada para permitir a construção de outra galeria. As obras marítimas serão integradas no quebra-mar, canal de acesso e bacia de evolução, pier de grãos sólidos, pier de grãos líquidos e cais de carga geral. Porto Especializado: — A ocorrência no Estado de Sergipe de grandes jazidas de potássio, cloreto de sódio e de magnésio, de gás natural e de calcário, motivaram a elaboração de estudos com vistas à implantação naquele Estado de um terminal especializado para a movimentação de grãos sólidos, líquidos e carga geral. Aliada à exploração desses minerais, com a importação de rocha fosfática e enxofre, seria possível criar um complexo industrial integrado de base, o qual geraria uma linha final de produtos em diversos graus de elaboração, com grandes vantagens para a economia regional e nacional. No entanto, não existindo no Estado vias e meios de transportes compatíveis com os volumes de cargas a movimentar, principalmente para a exportação de produtos de processamento industrial, o Governo Estadual viu-se na contingência de providenciar as infra-estruturas mínimas de apoio, a fim de evitar limitação aos planos de desenvolvimento. Os estudos objetivaram, inicialmente, escolher dentre as várias alternativas possíveis de localização, aquela cuja viabilidade técnico-econômica fosse mais favorável, já que não existe em Sergipe um local de características físicas ideais para a implantação de um porto adequado ao tipo de embarcações que deverão frequentá-lo. Nestes estudos foram levadas em consideração soluções estuarinas e marítimas, tendo-se optado após a comparação entre as mesmas pela construção de um porto marítimo tipo *offshore*. Para a construção do porto de Sergipe será investido, no ano de 1982, um total de Cr\$ 300 milhões especificamente no terminal para potássio; em 1983 serão utilizados recursos da ordem de Cr\$ 2 bilhões; em 1984, Cr\$ 2 bilhões; em 1985, Cr\$ 3 bilhões e a partir de 1986, cerca de Cr\$ 3 bilhões e 700 mil."

Conforme se constata da leitura do texto transcrito, o projeto foi realizado pelo Governo do Estado de Sergipe. Até aí, acho perfeitamente lícito e válido um governo lutar por melhores condições para o seu Estado, ainda que não disponha de recursos, mostrando ao Governo Central que estas Unidades Federativas dispõem de potencialidades e que estas devem ser incluídas nas prioridades nacionais.

Arrimado neste raciocínio, parabeno o Governador de Sergipe e toda sua equipe da área econômica, pelo trabalho que vêm desenvolvendo, com vistas ao equacionamento destas providências.

O que não posso entender é o engajamento das autoridades federais em alguns desses programas, sem um estudo comparativo com outras possibilidades mais urgentes existentes no País.

Analisemos este projeto à luz de dados concretos. A sua execução custaria à PORTOBRÁS soma de Cr\$ 11 bilhões e em 1982, Cr\$ 300 milhões seriam gastos, especificamente, na construção do terminal para potássio.

Todos sabemos que o projeto da PETROBRÁS para produzir em Sergipe 500.000 (quinhentas mil) toneladas/ano, de potássio, encontra-se em pleno andamento e é necessário o escoamento dessa produção, a qual, retirada a parte que sairá, forçosamente, por terra, poderá ser embarcada pelo porto de Aracaju, que depende, no momento, de melhorias para se tornar capaz de atender a estas necessidades.

O investimento acima referido é indispensável, se feito em obras no porto de Aracaju, pois sabemos que esta produção se destina, exclusivamente, ao nosso consumo interno, o que justifica a utilização de navios de porte pequeno, semelhantes àqueles que já operam no porto de Aracaju, mesmo que esta capacidade venha a ser duplicada algum dia.

Puxando a brasa para sua sardinha, os planejadores de Sergipe incluíram nesse projeto, terminal específico para a exportação de cloreto de sódio, de magnésio, de gás natural e de calcário.

Dissequemos o problema, por partes.

Quanto ao cloreto de sódio: é sabido que o Brasil dispõe de jazidas imensas, em vários Estados, valendo citar Bahia, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Pará e Amazonas. Obviamente, todos desejariam explorar suas jazidas, e, se possível, em larga escala. Acontece que existe um obstáculo intransponível, invalidando a pretensão, também legítima, desses Estados: o mercado. E ninguém investe sem um objetivo.

Houve uma decisão governamental, decorrente do estudo feito por um grupo de trabalho, criado pelo próprio Governo Federal, que elegeu o Rio Grande do Norte como capaz de atender às necessidades nacionais, bem como o aproveitamento de algum mercado externo, porventura existente, durante os próximos 15 ou 20 anos. Os investimentos para satisfazer ao atendimento dos próximos 15 anos já foram feitos, faltando, apenas, pequenas complementações. Este fato, que ora trago ao conhecimento de V. Ex.^{as} é a expressão da verdade, não cabendo a menor eiva de contestação. Com 10% desses recursos, o terminal salineiro de Areia Branca poderia ter sua capacidade duplicada, em 180 dias. Com um pouco mais de recursos, montaríamos o quarto guindaste de transbordo de sal, das barcas para a ilha, pois o terceiro já integra a parcela de Cr\$ 67 milhões que coube aos portos do Rio Grande do Norte, dos Cr\$ 2.483.600.000,00 destinados aos portos do Nordeste para este ano. Ainda dentro desses mesmos 10%, poderia ser feito um novo embarcadouro na parte acrescida, pelo qual se poderia embarcar calcário e gesso britados ou qualquer outro produto granulado, além de servir de alternativa para qualquer problema no atual, podendo duplicar sua capacidade de embarque.

Os dois gabaritos, fabricados nos Estados Unidos para servirem de formas para moldar as células que comporiam a ilha encontram-se em Areia Branca em perfeito estado de conservação, prontos para serem utilizados novamente. A plataforma dotada de guindaste, onde as mesmas eram moldadas e depois colocadas no local, para serem enchidas com areia, através de uma pequena draga, que também encheria de areia a própria ilha, encontra-se na Bahia. O piso, feito de sal, nenhum problema apresentou até hoje.

Cloreto de Magnésio: — As necessidades nacionais que são medidas em termos de mercado interno, o transporte será em navios pequenos, menores até do que aqueles que atracam atualmente em Aracaju e serão apenas quatro ou cinco por ano, se dispusesse de todo o mercado, sabendo-se que já existem outros projetos aprovados ou em vias de aprovação. Quanto ao propalado mercado externo, ele simplesmente inexistente. Gás natural de Sergipe e mais dos Estados vizinhos, brevemente só será suficiente para atender às necessidades do 2º Polo Petroquímico e às cidades mais próximas. A PETROBRÁS ainda não sabe o que fará com o gás resultante da exploração dos campos descobertos na Plataforma Continental do Ceará, o qual terá forçosamente que ser aproveitado. No Rio Grande do Norte, o gás resultante da exploração de petróleo em sua plataforma, parte deste será consumido pela fábrica de barrilha de Macau e mais algumas indústrias que possam surgir, além do consumo doméstico mais próximo, injetando o restante nos próprios poços, com vistas a aumentar suas vasões, até que apareça utilização mais econômica. Nova e grande jazida, exclusivamente de gás, foi descoberta na região amazônica.

Calcário: — A natureza foi pródiga para com o nosso País, no que se refere a existência de calcário. Temos calcário em quase todos os Estados, sendo sua maior aplicação na correção do solo, fabricação de cimento, barrilha e para as siderúrgicas. O cimento exige que o calcário, matéria-prima indispensável à sua fabricação, fique localizado nas cercanias da fábrica, sem o que proibitivo se tornaria o seu custo. Com a barrilha, idêntica é a situação. As grandes siderúrgicas já dispõem de suas fontes de suprimento. No Estado do Maranhão serão implantadas grandes siderúrgicas alimentadas com minério de ferro do Carajás, a ser reduzido com carvão mineral externo, e/ou vegetal da região amazônica, ou ainda utilizando eletricidade da mesma região. Para fornecer calcário, ali está o Ceará com suas imensas jazidas, além do Rio Grande do Norte com reservas incomensuráveis desse minério.

Daí não se justificar a construção de tal porto, com investimentos astronômicos, numa época de dificuldades financeiras por que passa o nosso País. E assunto de mais alta significação, a ser suficientemente estudado pelas autoridades responsáveis, em particular, S. Ex.^a o Ministro dos Transportes, Eliseu Resende.

Aguardamos que assim o façam, como demonstração de respeito aos altos interesses nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Vasconcelos.

O SR. LUIZ VASCONCELOS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é muito bom que se enfatize sempre que a agricultura e a pecuária foram e continuam sendo as maiores

prioridades da política econômica do nosso País, determinação da qual não se afasta um milímetro sequer o Presidente João Figueiredo.

Nos últimos dias muita celeuma foi criada em torno da decisão do Conselho Monetário Nacional, cujo objetivo básico foi, na verdade, incentivar os bancos particulares e estaduais a participarem mais ativamente da política de crédito rural. As autoridades monetárias, sentindo a necessidade de democratizar mais ainda a aplicação dos recursos à disposição dos produtores rurais, resolveram, através de Resolução nº 698, do Banco Central, aumentar de 15% para 25% o volume obrigatório de aplicação dos bancos privados em crédito rural, nas operações de custeio agrícola.

Isto significa, primeiramente, um acréscimo de recursos adicionais para o custeio agrícola da ordem de 160 bilhões de cruzeiros, porque os recursos do Banco do Brasil de 454 bilhões continuam no mesmo nível estipulado originalmente. Portanto, os recursos para custeio agrícola desta ano alcançarão a cifra dos 650 bilhões de cruzeiros. Essa quantia representa um acréscimo da ordem de 100% em relação ao ano passado.

Essa ordenação visa a dirigir os pequenos e médios produtores mais para o Banco do Brasil, isto é, os recursos do Banco do Brasil estarão prioritariamente disponíveis para os pequenos e médios produtores, beneficiando muito especialmente aqueles produtores, pois eles correspondem a 95% dos tomadores de recursos. Os grandes produtores serão atendidos, obrigatoriamente, pelos bancos particulares com os mesmos juros subsidiados do Banco do Brasil.

Vejo, na medida, a preocupação do Banco Central em abrir as portas do Banco do Brasil mais facilmente aos pequenos produtores, uma vez que o grande produtor tem sempre maior mobilidade e mais facilmente será atendido por qualquer banco comercial privado.

Por outro lado, é correta a postura do Banco Central em procurar aumentar o engajamento de toda a rede bancária privada na política de financiamento da produção rural no País.

O Banco do Brasil, por sua vez, oferecerá o crédito de custeio em caráter suplementar aos grandes produtores nos casos em que estes não encontrem nas agências dos bancos privados de sua região os recursos necessários, bem assim naqueles Municípios em que não haja agências de outros bancos para atender aos grandes produtores.

Por sua vez, o Banco Central atuará com rigor para que o sistema bancário cumpra rigorosamente diretrizes, sem que isso represente qualquer tipo de acréscimo nas taxas de custeio definidas pelo Conselho Monetário Nacional. Isto é, não faltará dinheiro para quem quer plantar e as taxas dos grandes projetos atendidos pelos bancos particulares serão exatamente as mesmas do Banco do Brasil.

Vejo a medida também direcionada para a ampliação das fronteiras agrícolas do País, visando ao aumento da produção rural e criando condições para que todo o sistema bancário mobilize as suas disponibilidades no período de entressafra em aplicações dirigidas para outros segmentos do setor rural, como a própria comercialização agrícola e a pecuária.

Como represento uma região de elevados índices de produção rural, o sul de Minas Gerais, onde inexistem grandes latifúndios, muito ao contrário, na nossa região a tônica é das pequenas propriedades com elevado grau de produtividade, gostaria de louvar a atitude das autoridades econômicas do País que, através do Banco Central, estão oferecendo um tratamento privilegiado ao pequeno e médio produtores no acesso ao crédito pelo Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caio Pompeu.

O SR. CAIO POMPEU (PP — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em fins do ano passado, quando diversas reportagens na imprensa abordaram o problema penitenciário brasileiro, em particular o de São Paulo, um articulista dizia que a Casa de Detenção de meu Estado, verdadeiro presídio-cidade, com quase sete mil detentos, a maior população carcerária do mundo, tem mais habitantes do que 500 cidades brasileiras e concentra mais de 70% de todos os presos do sistema penitenciário paulista.

Essa aberração, que, infelizmente, é regra em nosso País, existe a despeito de tantos estudos já terem mostrado que um tal sistema penitenciário funciona na prática como escola de crimes, jamais servindo ao fim objetivado, de oportunidade reeducativa, que visa à reintegração do sentenciado na vida social.

Assim é que as conclusões da CPI sobre o Sistema Penitenciário, de junho de 1976, aponta a superlotação carcerária como obstáculo à classificação dos prisioneiros em grupos, e sua conseqüente distribuição por estabelecimentos distintos, onde se concretize o tratamento adequado.

Prescreve ainda o Relatório daquela CPI que "uma política legislativa orientada no sentido de proteger a sociedade terá que restringir a pena priva-

tiva de liberdade a crimes graves e delinquentes perigosos, como meio eficaz de impedir a ação criminógena cada vez maior no cárcere”, filosofia esta que importará na busca de outras sanções para criminosos sem periculosidade ou crimes menos graves.

Vivemos um momento histórico em que as condições de penúria das camadas de baixa renda, o êxodo rural e o conseqüente inchamento dos centros urbanos são fatores que contribuem para acirrar a violência que impera nas ruas e, muitas vezes, transborda para dentro dos lares. Uma vez detido pela polícia, o agente do crime é levado ao convívio dos elementos que formam a sociedade carcerária, onde mesclam indivíduos de variado grau de periculosidade com aqueles que são apenas criminosos ocasionais ou conjunturais.

O que impera no cárcere superlotado é a tirania dos mais fortes sobre os mais fracos, além do induzimento ao crime e à corrupção. O resultado é que acabam por nivelar-se os detentos em igual estágio de embrutecimento, que faz desaparecer a esperança de recuperação social do indivíduo, ao mesmo tempo em que se multiplicam as reincidências no crime. Essa a conseqüência de um sistema carcerário que retém o preso inativo, sem trabalho, sem estudo, sem nada enfim que, preenchendo-lhe o tempo e ocupando a sua arte, represente para ele o adestramento para retorno à vida social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é ainda o Relatório da CPI sobre o Sistema Penitenciário que defende o ponto de vista, bastante sensato, segundo o qual as penitenciárias deveriam abrigar o número máximo de 500 presos, descentralizando-se o sistema penitenciário de modo que, em vez de concentrarem-se os presos nas Capitais dos Estados ou em qualquer outro ponto, sejam eles conservadores, de preferência, na sua própria região de origem, portanto, perto das suas famílias.

O segundo a ser atacado é a ociosidade, que implica em perda de aptidão para o trabalho e predispõe ao crime. Afinal, reeducar o preso significa, entre outras coisas, despertar-lhe o senso de responsabilidade, a capacidade de autodomínio, além, naturalmente, da vontade de trabalhar.

A prisão, em princípio, é algo temporário, e uma vez vencido esse tempo, cumprida a pena, a expectativa é a volta do homem para o meio social e familiar, de modo que tenha condições para se adaptar à vida em liberdade, sem traumas nem seqüelas dos tempos de prisão.

De todos os trabalhos passíveis de serem executados pelos reclusos, talvez o mais útil à sociedade e ao próprio sistema penitenciário seja aquele que se faz em colônias agrícolas. A produção de alimentos se caracteriza como atividade extremamente gratificante para o homem. Ao mesmo tempo, ela tem o significado de economia, posto que os alimentos produzidos para consumo interno dos presídios deixam de ser comprados. Eventualmente, esse trabalho pode ser até rendoso, no caso em que haja excedentes para serem comercializados.

Passados já cinco anos desde que uma Comissão Parlamentar de Inquérito trouxe a lume considerações tão oportunas sobre o sistema penitenciário brasileiro, mas que tardam em ser levadas à prática, nossa presença na tribuna hoje é para insistir na convivência da reeducação de presos em colônias agrícolas. Entendemos que essa é a maneira mais prática de valorizar o preso, como homem que emprega sua energia construtivamente, e cujo trabalho dará resultados palpáveis, não só do ponto de vista imediato, mas também a longo prazo, como meio de reintegrá-lo na família e na sociedade.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Hélio Campos.

O SR. HÉLIO CAMPOS (PDS — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste dia em que a Câmara homenageou este imortal, Eduardo Gomes, não podia deixar de vir a esta tribuna por ter sido um dos poucos brasileiros que foi privilegiado com o seu convívio pessoal durante algum tempo. Sua personalidade forte, segura e humana incorporou, à revelia dele, o posto de Brigadeiro.

Já não podemos julgar o soldado Eduardo Gomes somente pelos feitos militares. Seus anseios de brasilidade e sua determinação de bem servir conduziram-no para campos de luta onde se fazia imprescindível a presença do cidadão. Assim, após a revolução vitoriosa de 1930, recolheu-se ao quartel, dedicando-se ao seu trabalho militar.

Ao atravessar o ano de 1935, explodiu a intentona comunista. Nela encontraram os comunistas um dos mais aguerridos adversários na defesa da democracia. Não era um cumprimento de ordem militar, antes de tudo o mandamento de sua consciência democrática, que já se revelava no sangue de seus ferimentos nos episódios dos 18 do Forte de Copacabana. Mas, surpreendentemente, em 1937 instalava-se o Estado Novo em nosso País. Era a ditadura. Já nesse momento o povo brasileiro não tinha a menor dúvida quanto à posição do então Coronel Eduardo Gomes — posicionou-se na trincheira dos defensores da democracia. Mas, o seu inimigo político, o ditador

Getúlio Vargas, o designou comandante das operações de guerra no Nordeste do País, com sede em Recife, durante a 2ª Guerra Mundial.

No cumprimento do seu dever de militar, assumiu este posto, em que, mais do que patrulhar as águas do Atlântico Sul, difícil era manter o comando da área onde a Esquadra e a Força Aérea americanas, em número muito superior, se faziam presentes por força de um tratado. Tão bem se houve nesta missão, que mais tarde, em ato de profunda grandeza, Getúlio Vargas promovia Eduardo Gomes, seu mais sério adversário político, ao posto de Brigadeiro. Conta-se que, na época, o então Ministro da Aeronáutica, Armando Trompowsky, não incluiu o nome do Coronel Eduardo Gomes na lista dos possíveis escolhidos ao generalato. Getúlio Vargas determinou que inserisse o nome do Coronel e, ato contínuo, promoveu-o.

Ao término da guerra, nos idos de 1945, se lançava a candidatura à Presidência da República pela União Democrática Nacional. Em memorável campanha, marcada por uma devoção democrática inconfundível do cidadão candidato, assim expressou-se em discurso aos advogados do Brasil, em 19 de outubro de 1945, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro:

“A ilegalidade já é quase o passado; o presente é a esperança da lei e da ordem”. “O Brasil há de sempre considerar como ideal político a verdadeira democracia”. “E, por bem dele, preconizamos e defendemos, acima de quaisquer conveniências pessoais, a estabilidade de um regime capaz de assegurar a dignidade do homem, que, feito à imagem e semelhança de Deus, deve ser livre.”

Ao perder a eleição, recolheu-se novamente ao quartel, nos trabalhos de aprimoramento da Aeronáutica. Novamente chamado para concorrer à Presidência da República, quando não havia candidato que o quisesse, face à imbatível candidatura de Getúlio Vargas, aceitou a missão a fim de compor o quadro democrático e lutou com todas as forças. Perdeu a Presidência da República neste pleito, mas a democracia se consolidou.

Já nos idos de 1945, dois líderes autênticos conseguiram, naquele vendaval de paixões, após a morte do Major Vaz, da Aeronáutica, e do Presidente Getúlio Vargas, controlar as incertezas do momento evitando o caos, a desordem e a divisão do País. Foram eles o Brigadeiro Eduardo Gomes e o líder incontestado do Exército brasileiro, o então Ministro Zenóbio da Costa.

Marcou o Brigadeiro Eduardo Gomes uma linha democrática inconfundível e da qual jamais sairia. Aos atos de deposição dos Presidentes Carlos Luz e Café Filho, respondeu por telefone, ao então Ministro da Guerra, General Lott, que o convidava a aderir, com as seguintes palavras: “A Aeronáutica não sai da legalidade”. Era o que poderíamos esperar. Em seguida, tomou posição para a luta. Aceitou a Revolução de 1964, ao pressentir evoluções políticas que ameaçavam nosso regime democrático.

Morreu apoiando a abertura democrática do Presidente João Figueiredo, que o Congresso brasileiro, em toda a sua plenitude, haverá de apoiar e consolidar em breve.

E esperamos que no descanso do guerreiro, com Deus ao seu lado, poderá dizer: meu esforço não foi em vão. Ainda há homens no meu Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Modesto da Silveira.

O SR. MODESTO DA SILVEIRA (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na grande maioria dos Estados do País, foram realizados, com sucesso e ganhos políticos para a classe trabalhadora, os Encontros Regionais — ENCLATs — onde se discutiram questões fundamentais ligadas aos interesses dos trabalhadores rurais e urbanos, os problemas regionais e nacionais. Todos foram unânimes na decisão de que providências imediatas do Governo devem ser adotadas para que o País saia do impasse em que se encontra. O Governo e as autoridades que a ele se subordinam são os verdadeiros responsáveis pela crise política, econômica e social que vivemos.

No meu Estado, o ENCLAT foi realizado com intensa participação de 500 representantes sindicais, nos dias 25 e 26 de julho último. Este encontro foi uma verdadeira conquista. O movimento dos trabalhadores se definiu por uma série de justas reivindicações que, se adotadas, servirão como um primeiro passo para solucionar a crise:

- unificação do salário mínimo a nível nacional;
- reajuste de 110% do INPC para o salário mínimo;
- defesa do aumento semestral e luta pelo trimestral;
- reajuste de 110% do INPC para todas as faixas salariais acima de 3 salários mínimos;
- paridade para os aposentados com o pessoal da ativa das respectivas categorias; — negociação direta do índice de produtividade com os empregadores;

- congelamento dos aluguéis e das prestações das habitações populares;
- direito de greve;
- estabilidade no emprego a partir da contratação e manutenção do FGTS em forma de pecúlio para o trabalhador e sua família;
- implantação da reforma agrária no País;
- pela preservação dos recursos naturais e defesa do meio ambiente;
- repúdio às intervenções nos sindicatos e à falta de liberdade.

Este encontro estadual teve também caráter de reunião preparatória à I Conferência das Classes Trabalhadoras — CONCLAT, que será realizada no período de 21 a 23 do corrente mês, em Santos, Estado de São Paulo.

Desta conferência participará a maioria dos sindicatos brasileiros e delegações de trabalhadores de todo o País. Nela serão discutidos todos os problemas e reivindicações levantadas nos encontros regionais, com sugestões concretas para as medidas a serem adotadas pelo Governo; a questão da "autenticidade" do sindicalismo hoje existente; a necessidade de uma Central Única de Trabalhadores — CUT, órgão máximo de representação dos interesses da grande maioria dos trabalhadores brasileiros e de luta pela conquista dos seus direitos.

Esses encontros regionais e a conferência intensificaram e intensificarão a união da classe assalariada brasileira. Quanto maior a sua unidade, maior a sua força, mais alto o seu grito e maiores conquistas e mudanças no quadro político, econômico e social do nosso País.

Fica aqui expressa toda a minha solidariedade aos trabalhadores do meu Estado do Rio de Janeiro e de todo o Brasil por essa iniciativa, que a Nação confia que seja bem sucedida porque unitária.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

OFÍCIO Nº 241/81

Brasília, 19 de agosto de 1981.

Ao Exmo. Sr.

Senador Jarbas Passarinho

DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regulamento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª para os devidos fins que esta Liderança deliberou substituir os nomes dos Senhores Deputados Josias Leite e Adolpho Franco, pelos dos Senhores Deputados Nilson Gibson e Jorge Arbage, respectivamente, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Mensagem nº 78/81-CN, que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.862/81, que "autoriza a elevação do capital do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico—BNDE, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os meus protestos de alta estima e elevada consideração. — Deputado *Cantídio Sampaio*, Líder do PDS.

OFÍCIO Nº 120/81

Brasília, 19 de agosto de 1981.

A Sua Excelência o Senhor Senador Jarbas Passarinho

Digníssimo Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Deputado José Carlos Vasconcellos foi indicado por esta Liderança para substituir o Deputado Walter Silva na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1981, que "acrescenta dispositivos ao art. 21 da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — *Odacir Klein*, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às onze horas, neste plenário destinada à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1981, que acrescenta parágrafo ao artigo 101 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1981, que dá nova redação ao artigo 13, § 4º, da Constituição Federal, tendo

PARECER CONTRÁRIO, proferido oralmente, pelo Senhor Senador Jutahy Magalhães, em nome da Comissão Mista.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada ontem, dia 18, às 18 horas e 30 minutos, ficando a votação adiada por falta de "quorum".

A proposta de emenda à Constituição exige "quorum" qualificado para deliberação. Sendo evidente a inexistência de número em plenário, deixa, mais uma vez, de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1981, que acrescenta parágrafo ao artigo 101 da Constituição Federal, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 42, de 1981-CN, da Comissão Mista.

Em discussão a proposta.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Erasmo Dias.

O SR. ERASMO DIAS (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9-12-80) estabelece passagem para a inatividade dos militares aos trinta anos de serviço (art. 97); percebendo remuneração correspondente ao grau hierárquico superior (art. 50).

Os servidores da Polícia Federal são aposentados aos vinte e cinco anos, com vencimentos integrais com base no art. 1º, item II, da Lei nº 3.313, de 14-11-57.

Recentemente este Congresso aprovou emenda constitucional em que concede aposentadoria para o professor após trinta anos e para a professora após vinte e cinco anos de efetivo serviço em funções de magistério, com salário integral (art. 165, item XX, da Constituição).

Consta da Ordem do Dia de hoje, do Congresso Nacional, Proposta de Emenda à Constituição nº 16/81, de nossa autoria, que estabelece "para os funcionários que desempenham atividade policial as aposentadorias compulsória e voluntária, respectivamente, aos sessenta e cinco anos de idade e trinta anos de serviço".

Pelo regime de aposentadoria já existente dos militares, dos policiais federais e dos professores, entendemos que a reformulação da aposentadoria dos funcionários policiais de trinta e cinco para trinta anos de serviço é uma questão de direito e justiça, constituindo, inclusive, flagrante violação do princípio de isonomia que policiais federais e estaduais tenham, na mesma atividade, direitos diferentes quanto à aposentadoria.

Trazendo ao conhecimento deste Plenário e desta Casa a reivindicação justa dos funcionários que desempenham atividade policial, apelamos ao Executivo no sentido de que chame a si a correção de situações tão anômalas que precisam urgentemente serem harmonizadas.

Na oportunidade da apreciação da matéria pelo Congresso, apelamos aos nossos pares, à Liderança do Governo nesta Casa e ao próprio Executivo quanto à solução do problema.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Não havendo mais quem queira discutir a Proposta, declaro encerrada a discussão.

Fica adiada a votação por falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.*)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 10,00